

Gerenciamento de Riscos | 2013
Relatório Qualitativo

Circular 3.477/09



ParanáBanco

Gerenciamento de Riscos Relatório Qualitativo

(Base Regulamentar: Circular nº 3.477, de 24/12/2009, do Banco Central do Brasil)

CONTEÚDO

| | | |
|------------|--|-----------|
| 1 | OBJETIVO..... | 3 |
| 2 | ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS..... | 3 |
| 2.1 | Risco de Crédito..... | 5 |
| 2.2 | Risco de Liquidez..... | 6 |
| 2.3 | Risco de Mercado..... | 7 |
| 2.4 | Risco Operacional..... | 10 |
| 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 11 |

1 OBJETIVO

Divulgar informações qualitativas referentes a estrutura de gerenciamento de riscos do Paraná Banco.

As informações quantitativas, referentes ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e à adequação do Patrimônio de Referência (PR), bem como as alusivas ao Risco de Crédito e de Mercado, foram divulgadas em relatório apartado.

2 ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O modelo de gestão do Paraná Banco tem como principal objetivo a prevenção de riscos e mitigação das possibilidades que os diversos riscos inerentes ao seu negócio, de alguma forma, afetem os seus planos estratégicos, a capacidade de gerenciar custos e gerar caixa.

O perfil conservador do Banco, aliado ao seu sistema de controles internos (código de ética, políticas, normas e procedimentos), asseguram que o nível de capital atual contemple todos os riscos materiais da instituição.

Os principais riscos corporativos do Banco são de pleno conhecimento da Alta e Média Administração, que os gerencia e controla através da análise de diversos relatórios gerenciais e matrizes de risco, o que permite o acompanhamento e a verificação do cumprimento dos níveis de tolerância ao risco e das políticas e procedimentos de gestão de risco, no sentido de possibilitar a prevenção ou a detecção e correção das deficiências relevantes.

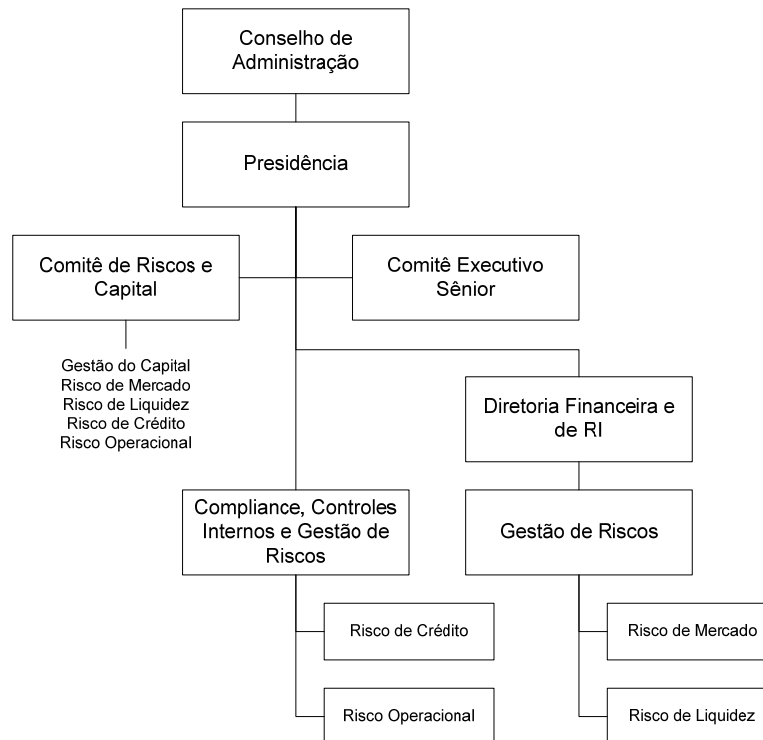
Este modelo é suportado por uma cultura corporativa disseminada pela Alta Administração, pela existência de pessoal qualificado e engajado, estrategicamente posicionados nas diversas áreas da Instituição e pela existência de procedimentos internos estruturados. É incentivada também a disponibilização de tecnologias que sistematizem, suportem, controlem e auxiliem todo o processo de gerenciamento dos riscos.

O efetivo comprometimento da Alta Administração encoraja e induz seus colaboradores ao constante questionamento, de forma objetiva e fundamentada, dos procedimentos existentes, sempre buscando a melhoria nos processos.

O perfil de risco e o grau de tolerância face à natureza dos riscos estão explicitados nas Políticas, Normas e Manuais do Paraná Banco.

Estrutura

A estrutura de Gerenciamento de Riscos do Paraná Banco é a seguinte:



Comitê de Riscos e Capital

Tem como principais atribuições: (i) Subsidiar o Comitê Executivo Sênior na análise, monitoramento e decisões inerentes ao Gerenciamento de Riscos Corporativos do Paraná Banco; (ii) Garantir o cumprimento das Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09, 3.988/11 e 4.090/12, que dispõe sobre o gerenciamento dos Riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez; e (iii) Estimular a cultura de riscos e controles da organização, enfatizando e demonstrando os benefícios da abordagem baseada em riscos.

Compliance, Controles Internos e Gestão de Riscos

Área responsável pelo Gerenciamento dos Riscos do Paraná Banco e pela organização do Comitê de Riscos.

Os principais riscos são identificados, avaliados e estão formalizados em sistemas informatizados (a exemplo dos Riscos Operacionais, que utiliza o sistema OpAdvanced), nas atas do Comitê de Riscos e Capital (Riscos de Mercado e de Liquidez) ou em relatórios gerenciais (Risco de Crédito).

Com relação ao Risco de Crédito, o Banco conta também com um sistema para gerenciamento.

No que diz respeito aos riscos típicos do Pilar 2 (Taxa de juros no banking book, Crédito da contraparte, Concentração, Estratégia, Reputação e outros), estes são tratados / consolidados numa Matriz Corporativa de Riscos.

A gestão corporativa de riscos também é feita através de diversos relatórios produzidos pelas diversas áreas do Banco, principalmente pelas áreas operacionais e administrativas. Estes relatórios funcionam como indicadores de riscos e auxiliam os Gestores e a Administração do Banco no seu gerenciamento.

2.1 Risco de Crédito

Risco de Crédito, conforme definição da Resolução nº 3.721/09, é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou rentabilidade, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Tal definição compreende ainda:

- ✓ O risco de crédito da contraparte, entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- ✓ A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante; e
- ✓ A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Com a experiência adquirida e expertise acumulada como concorrente no nicho de mercado do crédito consignado em folha de pagamento, o Banco detém uma perfeita compreensão do perfil de riscos deste segmento. Devido à importância dessas atividades, a Diretoria dá especial ênfase ao entendimento e disseminação dos fatores de percepção de riscos junto aos gerentes e coordenadores de áreas, de forma a manter a cadeia de supervisão interna atenta a todas as ocorrências que possam subsidiar ou interferir na melhor avaliação do deferimento e aceitação de negócios e operações.

A estrutura de gestão de crédito está centralizada no Comitê Executivo Sênior, cujas principais atribuições são:

- ✓ Formular a política de crédito do Paraná Banco, e as estratégias de comercialização dos produtos.
- ✓ Decidir os patamares máximos de exposição das carteiras de empréstimos, tendo em conta os fatores internos e externos, e as variáveis econômicas e políticas de curto, médio e longo prazos.
- ✓ Analisar e acompanhar os saldos das carteiras, curso de liquidez e resultados obtidos.

A política de crédito, além das estratégias de comercialização dos produtos, é formulada pelo Comitê de Políticas Comerciais - CPC e pelo Comitê Executivo Sênior do Banco, que delibera sobre as propostas de limites e operações de crédito, além das atribuições já citadas anteriormente.

O Paraná Banco adota uma política de crédito consistente com suas operações e ramos de atuação.

A instituição monitora e revisa periodicamente as suas estratégias, políticas e limites de crédito, ajustando-as sempre que necessário com a realidade conjuntural do país (economia / política / legislação) e conforme alterações das condições de mercado, além de outros fatores.

Todas as operações são efetuadas observando-se as melhores práticas do mercado, a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, além da legislação pertinente.

A diversificação de riscos por diversas fontes de origem, e suas variáveis específicas, bem como de riscos por empregador, é acompanhada e supervisionada pelo Comitê Executivo Sênior. Os créditos são gerenciados sob diversos pontos de observação: por carteiras, atribuição de grupos, por códigos de origem e por códigos de produtos.

Nas operações de Crédito Pessoal Consignado (massificada), tem-se em principal conta as peculiaridades de riscos das diversas fontes de origem (convênios), pagadoras das consignações efetivadas para o desconto das parcelas em folha de pagamento, e outros aspectos legais que asseguram o repasse diretamente ao Banco dos valores devidos.

As políticas bem como os demais normativos e manuais de crédito estabelecem limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

O gerenciamento do risco de crédito está inserido e é disseminado nas Políticas, Normas e Manuais de Crédito do Paraná Banco, e nos modelos internos de avaliação dos riscos de crédito.

A estrutura de gerenciamento do risco de crédito permite a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados ao Paraná Banco.

As diretrizes do gerenciamento do risco de crédito estão alinhadas com as estratégias de curto e longo prazo do Paraná Banco e, por isso, condicionam que toda e qualquer decisão que envolva risco de crédito esteja em conformidade com suas disposições.

A área responsável pelo gerenciamento do risco de crédito é a Gerência de Gestão de Riscos, que está segregada das unidades de negociação e da área executora da atividade de auditoria interna.

2.2 Risco de Liquidez

Risco de Liquidez, conforme Resolução nº 4.090/12, é definido como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Gestão do Risco de Liquidez

O Comitê de Riscos e Capital em primeira instância e o Comitê Executivo Sênior em última instância são responsáveis pelo monitoramento e cumprimento da política de liquidez.

As atividades de monitoramento do risco de liquidez estão sujeitas a avaliação da área de Compliance do Banco, bem como das auditorias interna e externa.

O risco de liquidez origina-se dos desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

São elaborados relatórios que permitem o monitoramento dos riscos assumidos e também são realizadas avaliações voltadas a identificar posições que coloquem em risco a situação econômico-financeira da Instituição.

Testes de Estresse são aplicados no mínimo mensalmente, e consideram as seguintes premissas: resgates antecipados, aumento da inadimplência, saídas inesperadas, utilização de limites de créditos (rotativos, etc.), aumento das operações de crédito e possível dificuldade de acesso a novos recursos.

O fluxo de caixa é revisado diariamente, considerando o curto e médio prazos, porém períodos com maior abrangência são analisados pontualmente, quando necessário, para detectar possíveis crises de liquidez que por fatores internos ou externos possam trazer significativa dificuldade para adequar os limites estabelecidos.

Plano de Contingência de Liquidez

O Paraná Banco utiliza um Plano de Contingência contendo estratégias de administração de situações de crise de liquidez. Este plano identifica os fatores de risco de liquidez inerentes ao Banco e os fatores mitigadores destes riscos, bem como os instrumentos e procedimentos a serem executados em situações de crise.

2.3 Risco de Mercado

Define-se como Risco de Mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

Esta definição inclui os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

A política de gerenciamento do risco de mercado tem como objetivo definir conceitualmente os limites operacionais e os controles implementados de forma a garantir que os níveis de assunção de riscos de mercado estejam dentro dos valores desejáveis pela instituição.

A estrutura de gerenciamento do risco de mercado do Paraná Banco é compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da exposição a este tipo de risco.

As estratégias utilizadas pelo Paraná Banco para estimar, monitorar e gerenciar riscos estão baseados em métodos e melhores práticas adotadas pelo mercado.

A área de Tesouraria do Paraná Banco tem como principal missão prover recursos para a área Comercial, monitorar o fluxo de caixa, efetuar as operações de hedge e gerir as disponibilidades, com ótima rentabilidade adquirindo ativos líquidos e seguros.

Os Instrumentos Financeiros utilizados para gestão do caixa / disponibilidades do Banco são:

- ✓ Operações compromissadas com Títulos Federais que são negociadas pela mesa financeira com taxas prefixadas.
- ✓ Títulos Federais;
- ✓ CDI's: Negociados pela mesa financeira e pela área de captação, estes produtos são indexados ao DI, SELIC e prefixado.

O Paraná Banco busca minimizar as exposições de risco de mercado nas suas posições. As decisões de hedge das posições em risco de juros pré fixados, cupons de moedas estrangeiras, cupons de índice de preços, cupons de taxas de juros, preços de ações e commodities, são deliberadas no Comitê Executivo Sênior.

Demais operações de proteção patrimonial que envolvam derivativos deverão ser deliberadas pelo Comitê Executivo Sênior.

Riscos para os quais se busca proteção

Risco de Taxas de Juros – O risco de taxa de juros decorre da precificação de ativos e passivos em momentos distintos, bem como de oscilações inesperadas na inclinação e forma das curvas de rendimento e de alterações na correlação entre as taxas de juros de diferentes instrumentos financeiros. O Banco fica diretamente exposto aos riscos de oscilação das taxas de juros quando ocorre um descasamento entre as taxas de juros que adota e as taxas de juros praticadas pelo mercado. Procuramos administrar nossos ativos e passivos por meio de controles eficazes e adequados ao porte operacional do Banco, para que com isso consigamos evitar e/ou reduzir eventual impacto negativo que poderá ser causado por oscilações nas taxas de juros sobre a receita de intermediação financeira líquida do Banco.

Risco de Variação Cambial – O risco cambial decorre da titularidade de ativos, passivos e itens denominados ou indexados a moedas estrangeiras. O Banco administra sua exposição cambial objetivando ajustar os descasamentos entre ativos e passivos indexados a variação de moedas estrangeiras, particularmente com uso de operações de derivativos. Não faz parte da estratégia do Banco manter exposições significativas e prolongadas ao risco cambial.

Risco de Mercado das Atividades de Trading – O risco de mercado relacionado às atividades de trading (negociação) decorre, principalmente, das posições adotadas pelo Banco em relação a títulos federais prefixados, resultantes de operações compromissadas e compra definitiva. As atividades de trading (negociação) são supervisionadas e aprovadas pelo Comitê Executivo Sênior, objetivando-se, desta maneira, evitar a exposição do Banco aos riscos inerentes a esta atividade bem como reduzir a intensidade de seus eventuais efeitos negativos sobre as atividades do Banco.

Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A estruturação de operações de defesa de posições de risco, em geral chamada de hedge, é um dos aspectos mais importantes da gestão financeira do Banco e decorrem da necessidade de proteção à volatilidade verificada no mercado financeiro. Observamos, entretanto, que como as operações de hedge apresentam, de um modo geral, elevados custos de implementação, optamos por utilizar tais instrumentos de maneira planejada e alinhada aos resultados negociais do Banco, evitando exposições desnecessárias e consolidando posições seguras de atuação.

Neste período procuramos controlar nossas exposições pré-fixadas de novas captações com estratégia de proteção utilizando instrumentos derivativos, DI futuro e Swap.

Parâmetros utilizados para o gerenciamento do Risco de Mercado

O Risco de Mercado do Paraná Banco segue as bases estabelecidas pelo Banco Central para identificação, monitoramento e precificação de ativos financeiros, bem como para a quantificação dos riscos que lhes são inerentes.

O cálculo das parcelas referentes ao Risco de Mercado de Taxas de Juros Pré-fixadas, por exemplo, é efetuado pela aplicação do VaR – Value-at-Risk, medida estatística que sumariza uma perda ou ganho potencial derivada da exposição de uma carteira de crédito ao risco de mercado em condições normais, considerando uma probabilidade de ocorrência de 99%, com horizonte de tempo de 10 dias úteis e volatilidades e parâmetros definidos diariamente pelo Banco Central. Além dos cálculos realizados, com o VaR, o Banco utiliza, também como parâmetro para gerenciar os riscos de mercado, a análise de sensibilidade das exposições a que está sujeito, o que permite a fixação de limites e controles de riscos e alavancagem, os quais são definidos e autorizados pelo Comitê Executivo Sênior.

Metodologia

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- ✓ Posições: Caracterizadas por “compradas e vendidas”, dão uma ideia do volume de negócios, mas, não necessariamente, uma visão real do risco. Os limites de posição podem ser estabelecidos em função de um instrumento específico ou estratégia para que sejam mantidos de acordo com os níveis desejados pelo Banco.
- ✓ Sensibilidades: As sensibilidades demonstram o impacto da mudança de um determinado parâmetro de mercado sobre o valor da carteira da instituição. Portanto, elas são uma importante medida para o gerenciamento da exposição e estrutura da carteira do banco. Para uma carteira de renda fixa, o efeito da alteração da estrutura a termo de taxa de juros por 1 ponto base (0,01) é a principal medida de sensibilidade. É um requerimento das autoridades reguladoras.
- ✓ Análise de Cenários (Testes de Estresse): Os resultados de um teste de estresse dão uma informação complementar da potencial perda da carteira da instituição para cenários de ruptura de mercado, situação esta que o modelo padrão de VaR não consegue prever.

- ✓ Value-At-Risk – VaR (Valor em Risco): O VaR de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo, sob condições normais de mercado. Para o VaR regulatório, o nível de confiança adotado é de 99% e 10 dias.
- ✓ Backtesting: É um elemento chave para a validação do modelo interno de risco de mercado adotado pela instituição, sendo também, um requerimento da autoridade reguladora. Consiste em testar a probabilidade do número de perdas acima do grau de confiança esperado, servindo para identificar as falhas dos modelos de VaR e os fatores que precisarão de ajustes.

Monitoramento e Controle

O risco de mercado é monitorado e controlado por meio de sistema integrado aos sistemas legados, controlando as posições geradoras de risco.

Com base neste sistema, são elaborados relatórios de monitoramento e controle destinados à Gerência e aos Comitês Executivo Sênior e de Riscos. Os relatórios permitem um acompanhamento da exposição por determinada categoria de produtos, assim como a análise do comportamento da carteira (ganhos e perdas) quando exposta aos cenários de estresse.

Os procedimentos necessários para execução dos controles de risco estão documentados em manuais de procedimentos e são revisados com periodicidade mínima anual.

2.4 Risco Operacional

Conforme Resolução nº 3.380/06, define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta definição inclui:

- ✓ O risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição;
- ✓ Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais;
- ✓ Sanções em razão de indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- ✓ Fraudes internas;
- ✓ Fraudes externas;
- ✓ Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- ✓ Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- ✓ Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;

- ✓ Aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- ✓ Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- ✓ Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

O Paraná Banco considera a gestão de riscos operacionais como processo fundamental para a identificação de ameaças externas e falhas internas que possam afetar os objetivos de negócios do Banco.

Desta forma, atua preventivamente na mitigação dos riscos operacionais através dos seus funcionários e colaboradores e mediante programas de avaliação e auto-avaliação de riscos e controles, coleta e tratamento de perdas e implementação de planos de ação.

As atividades ligadas à gestão de risco operacional visam:

- ✓ Reduzir, e quando possível evitar, as perdas provenientes das ocorrências dos diversos riscos classificados como operacionais;
- ✓ Gerar informações que possibilitem contínua e recorrente avaliação quantitativa e/ou qualitativa das probabilidades e do impacto das ocorrências de eventos de risco operacional;
- ✓ Apontar o nível adequado de tolerância ao risco, tendo como base o apetite ao risco do Banco;
- ✓ Apoiar a melhoria contínua de processos com base no tratamento do risco operacional e adequações dos controles internos;
- ✓ Promover a transparência exigida pelos órgãos reguladores;
- ✓ Assumir níveis de governança corporativa que assegurem a perpetuidade dos negócios do Banco;
- ✓ Conscientizar todos os níveis funcionais do Paraná Banco acerca da importância do gerenciamento de risco operacional e de seus benefícios à governança corporativa; e
- ✓ Manter procedimentos automatizados para o controle contínuo do risco operacional.

A área de Gestão de Riscos é a responsável pelo Gerenciamento do Risco Operacional e conta com sistema informatizado (OpAdvanced) para documentar o mapeamento de todas as áreas organizacionais, de processos, riscos e controles, possibilitando avaliações periódicas, gerenciamento de planos de ação, planejamento de trabalhos, testes de controles, coleta de perdas, registro de incidentes, acompanhamento de indicadores de riscos e geração de relatórios.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que o Banco está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, bem como outras informações em que o Banco julgue relevante.